Sustentabilidade no movimento olímpico: entre discursos e práticas

DOI: 10.54446/bcg.v12i1.2838

Matheus Teixeira Barreto[1]

Resumo

O artigo a seguir tem como objetivo esclarecer sobre como a questão da sustentabilidade é trabalhada pelo movimento olímpico e de que maneira a sustentabilidade foi usada como discurso e/ou prática em determinadas cidades sedes de Olimpíadas. Assim, o texto apresentará a trajetória do desenvolvimento sustentável, a maneira pela qual ele é incorporado no discurso olímpico e como ele se realiza ou não nas práticas realizadas em prol das Olimpíadas. Trabalhar-se-á com o argumento de que nos países emergentes a sustentabilidade se constitui mais e melhor enquanto um discurso, um instrumento de imposição de uma determinada lógica, do que como uma prática real sustentável. No texto, utilizaremos os casos de Pequim, China, sede das Olimpíadas de Verão de 2008, Sochi, Rússia, sede das Olimpíadas de Inverno de 2014, e Rio de Janeiro, Brasil, sede das Olímpiadas de Verão de 2016. Para tal, a metodologia utilizada parte da coleção de dados e informações a partir de referências bibliográficas, meios de comunicação, imagens de satélite e, fontes secundárias, como documentários.

PALAVRAS-CHAVE: movimento olímpico, sustentabilidade, BRICS, megaeventos, práticas.

1 Possui graduação e mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atualmente atua como professor da educação básica em Belo Horizonte.

E-mail: mixabarreto@gmail.com ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1975-928X

Introdução

A Olimpíada de Tóquio, que deveria acontecer em 2020 e foi adiada para 2021 devido a pandemia da Covid-19, teve como uma de suas principais bandeiras a sustentabilidade (MARIOTTI, 2020). Para isso, os organizadores locais desenvolveram uma série de ações para tornar os Jogos mais sustentáveis, desde a adoção de veículos elétricos para transporte de passageiros até a confecção das medalhas ser de material eletrônico reciclado (MARIOTTI, 2020). Assim, as Olimpíadas no Japão tornam-se um marco por consolidar ainda mais a sustentabilidade como um pilar olímpico.

Apesar de Tóquio ter sido um suposto exemplo de sustentabilidade, não podemos afirmar que as Olimpíadas foram, de fato, sustentáveis. Fato que também não afirmaremos em relação a Brasil, China e Rússia, sedes dos Jogos em 2016, 2008 e 2012, respectivamente. Isso, nos faz defender ao longo desse texto que a sustentabilidade no movimento olímpico, em relação aos países supracitados, é mais um discurso do que uma prática real, servindo como justificativa para expulsões e ações excepcionais.

Primeiramente, percebemos que o discurso da sustentabilidade, em que hoje se apoia o movimento olímpico[2], vem se estabelecendo desde o Relatório Brundtland de 1987 (CMAD, 1991) e a Eco-92 no Rio de Janeiro de 1992. O relatório e a conferência serviram como marcos para consolidar o desenvolvimento sustentável enquanto novo paradigma de tipo de desenvolvimento a ser seguido na contemporaneidade. Embora, precisamos entender as nuances relativas a esse conceito, sobretudo na ressignificação que ele faz da natureza enquanto produto revalorizado e repensado pelo Ocidente (ESCOBAR, 1996). Desse modo, ele se insere dentro do que entendemos como modernização ecológica, tornando-se um enorme "guarda-chuva", por abrigar uma gama de propostas inovadoras e progressistas e, simultaneamente, por se banalizar e se transformar em peça retórica (COSTA, 1999).

Cabe, portanto, entender como essa nova norma global se consolida no movimento olímpico e o que acabou trazendo de medidas sustentáveis, que tem como marco a aprovação da Agenda Olímpica 21 em 1999 e da Agenda Olímpica 2020 (20+20) em 2014 pelo Comitê Olímpico Internacional (COI).

Desse modo, buscaremos discutir o surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável e as suas nuances, debater a noção de sustentabilidade adotada pelo movimento olímpico e, para sustentar o nosso argumento, trazer o desenvolvimento do discurso da sustentabilidade e as práticas perante o meio ambiente nos países sedes do BRICS, abordando os diversos impactos socioambientais neles. Cada um destes objetivos será discutido nas três partes

2 Movimento olímpico seria composto por todas as entidades e organizações envolvidas na produção dos Jogos Olímpicos, nisso, incluso até a FIFA (Federação Internacional de Futebol). Movimento que teve suas regras estabelecidas a partir da Carta Olímpica de 1908 (e suas outras edições posteriores) e que tem como agente central o Comitê Olímpico Internacional (OLIVEIRA, 2012).

subsequentes a essa, respectivamente, ademais a essa introdução e as considerações finais. O texto será guiado pela questão central: seria a sustentabilidade nos megaeventos esportivos um mero discurso ou uma ação concreta?

Desenvolvimento sustentável: trajetória e crítica

Uma das maiores preocupações da contemporaneidade seria como lidar com o crescimento econômico e a preservação ambiental. Preocupação que deriva do colapso do socialismo real e da emergência hegemônica do neoliberalismo, ademais, ao ressurgimento das preocupações ambientalistas à escala global e à ascensão da ecologia política, que politizou os debates sobre sociedade e desenvolvimento (PEET; WATTS, 1996). Então, para reconciliar esses dois grandes inimigos, crescimento e sustentabilidade, surge, em 1987, no interior do Relatório Brundtland, organizado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento e intitulado "Nosso Futuro Comum", o conceito de desenvolvimento sustentável. Este seria, basicamente, o desenvolvimento que busca satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer as necessidades das gerações futuras (CMAD, 1991). Assim, nota-se que a noção de sustentabilidade ambiental corresponderia a uma nova dimensão a ser incorporada pela ideia de desenvolvimento (COSTA, 1999), conectando ambos os conceitos. Porém, o que foi debatido no Relatório ainda precisava de uma aprovação internacional e foi com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento de 1992, a Eco-92 ou Rio-92, que ela vem (PEET; WATTS, 1996), tendo como resultado a construção do documento "Agenda 21" que definia as bases para a adoção e a promoção do desenvolvimento sustentável globalmente.

É importante entendermos esse conceito a partir de uma visão crítica, pois ele desconsidera problemas vitais da sociedade inserida no modo de produção capitalista, como as grandes diferenças e desigualdades entre países, regiões, comunidades e classes, o que retira a responsabilidade, a visibilidade e a culpa dos verdadeiros poluidores (ESCOBAR, 1996). Lembrando, também, de onde o relatório parte, das mãos benevolentes do Ocidente, vide a Organização das Nações Unidas (ONU), em que os problemas "mundiais", na verdade, são definidos sob a percepção de mundo daqueles que o governam e que a responsabilidade é distribuída igualmente, apesar de não ser (ESCOBAR, 1996).

A partir disso, visualiza-se que o desenvolvimento sustentável parte do movimento que o capital faz em relação ao meio ambiente, transformando-o em como algo a ser mercadificado, diferentemente das construções sociais anteriores de que a natureza deveria ser explorada e destruída, para, agora, entendê-la a partir de uma tendência conservacionista, em que a sua preservação se torna ativo econômico (ESCOBAR, 1996). Essa mudança de lógica se deu a partir de complexas operações discursivas envolvendo o capital, as representações da natureza, os diferentes tipos de gestão e a ciência, no qual o "Nosso futuro comum" transformou e ressignificou a natureza, os recursos, a Terra e a vida humana, sendo uma das últimas tentativas de articular natureza, modernidade e capitalismo (ESCOBAR, 1996). Tentativa que busca

garantir a reprodução e a manutenção do capitalismo a nível global (COSTA, 1999) por meio de uma manifestação que se diz preocupada com o meio ambiente.

A partir dessa reconversão do meio ambiente em algo mercadificado perante o desenvolvimento sustentável, vê-se a emergência deste conceito enquanto paradigma hegemônico na vida cotidiana. Sem embargo, como trouxemos, ele deve ser entendido como um novo discurso mundial, que serve como rótulo de marketing e modismo adotado por países e cidades que buscam atrair o investimento internacional e se consolidar nas mais altas posições da hierarquia urbana (COSTA, 1999). Nesse momento cabe uma breve reflexão sobre o que entendemos enquanto discurso. Bourdieu (1989) trabalha que os discursos aceitos, consolidados e legitimados são o resultado de uma série de lutas simbólicas entre diferentes classes e/ou frações de classe. Ou seja, os discursos são socialmente e historicamente escritos e apropriados. Eles são instrumentos de imposição de uma certa verdade, criada nessa disputa de classes e ligada a quem a criou, na busca por definir o mundo segundo os seus interesses e servindo ao poder dos poderosos. Desse modo, quem tem o poder simbólico do discurso tem o "poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver, fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo" (BOURDIEU, 1989, p. 14). No nosso caso, a ampla aceitação do desenvolvimento sustentável como discurso hegemônico acabou por torná-lo "guarda-chuva" para uma série de abordagens, desde as mais radicais e progressistas até as mais neoliberais, banalizando-o, o transformando numa peça retórica e fazendo com que ele seja aceito como atual projeto de civilização e de modernidade, apesar de ter na sua raiz a dominação e a exploração (COSTA, 1999).

Portanto, esse consenso imposto da necessidade do desenvolvimento sustentável gera uma assimilação generalizada da modernização ecológica, entendendo-a como a emergência de um discurso e de uma racionalidade ecológica nos processos de reprodução e de consumo, o que pode ser testemunhado pelas agências transnacionais (como o próprio COI), pelas ONG's (Organizações Não-Governamentais) e pelos Partidos Verde, que tendem a moldar as relações socioeconômicas por essa nova racionalidade (MOL; ZHANG, 2012). Ideia que transforma os valores de uso coletivos intrínsecos à preservação ambiental em possíveis valores de troca, materializando a mercadoria meio ambiente e possibilitando que a sua preservação seja lucrativa (COSTA, 2006), em que a sustentabilidade se torna um ponto de orientação, redirecionando fluxos e reconstituindo redes, agora, focadas na preservação ambiental e nas novas arquiteturas "*green*" (MOL; ZHANG, 2012). Cabe observar como que esse discurso já possui uma série de fraturas e se ancora na perpetuação de determinados poderes, o que nos leva a pensar como que ele e as práticas que emergem dele também terão várias contradições.

Olimpismo sustentável?

Perante a consolidação do discurso da sustentabilidade e da modernização ecológica enquanto novo paradigma inserido no modo de produção capitalista, o movimento olímpico não poderia desconsiderá-lo. Isso, pois os megaeventos esportivos[3] têm dentre suas principais características a atração de uma grande quantidade de visitantes e a ampla cobertura midiática (MÜLLER, 2015a), reconhecendo a sua grande visibilidade internacional e entendendo o fato deles se tornarem "vitrines" ecológicas dos avanços em tecnologias sustentáveis (MASCARENHAS; OLIVEIRA, 2018). Tendo em vista tal situação, eles não podem e nem devem ignorar as novas normas e discursos globais, justamente, por serem pontos focais de convergência e de cristalização de diversos interesses internacionais (MOL; ZHANG, 2012) e por necessitarem serem legitimados perante o escrutínio internacional (MASCARENHAS; OLIVEIRA, 2018). Assim, torna-se imprescindível adotar a sustentabilidade como um dos seus pilares para que a sua hegemonia tenha continuidade. Ou seja, outros poderosos se adequando ao que a sua classe coloca como novo discurso hegemônico.

Primeiramente necessitamos entender como se deu essa chegada da modernização ecológica no movimento olímpico. Os movimentos iniciais acontecerem ainda em 1986 com o presidente do COI, Juan Antonio Saramanch, declarando a possibilidade de se adicionar um novo pilar à Carta Olímpica, a sustentabilidade (MOL; ZHANG, 2012). Contudo, foi somente na década de 1990 que o COI começa a operacionalizar essa questão.

Seguindo todas as movimentações que vinham ocorrendo perante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Eco-92, o movimento olímpico, nas Olimpíadas de Barcelona, já pegou o bastão da Conferência e assinou, juntamente, com as Federações Esportivas e o Comitê Local, o Earth Pledge (COI, 2012).

Posteriormente, em 1994, o COI assinou um acordo de cooperação com o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) e declarou que o meio ambiente era um componente essencial do Olimpismo (BOYKOFF; MASCARENHAS, 2016). Ainda naquele ano, as Olimpíadas de Inverno de Lillehammer, na Noruega, tornam-se os primeiros jogos a explicitamente incluir a questão ambiental (COI, 2012), servindo como primeiro modelo a ser seguido (MOL; ZHANG, 2012).

Em 1995, o COI organiza a I Conferência Mundial sobre Esportes e Meio Ambiente em Laussane, na Suíça (COI, 2012), momento em que se estabeleceram princípios e compromissos a serem aplicados pelas futuras sedes, com a criação

3 Partimos da definição feita por Barreto (2022) que coloca que "megaevento é uma (1) grande marca que (2) carrega as mais diversas emoções e sentimentos humanos numa (3) duração limitada no tempo e no espaço, ampliado pela (4) ampla cobertura midiática internacional, com a (5) atração de um grande número de visitantes que irão usufruir de uma (6) grande quantidade de novas instalações e outros pontos de infraestrutura (7) de caráter espetacular que tiveram (8) elevados custos e foram produzidos especialmente para aquele momento, enquadrados dentro das (9) lógicas neoliberais de produção do espaço urbano, no qual uma (10) série de conflitos e rupturas foram instaurados." (p. 57)

imediata da Comissão para Esporte e Meio Ambiente, que obrigou as candidaturas a terem, por exemplo, Estudos de Impacto Ambiental, resultando em novas diretrizes nos requerimentos das candidaturas a partir de 1996 (MASCARENHAS; OLIVEIRA, 2018). Somente em 1996 que a declaração de Saramanch se concretiza, pois o COI altera a Carta Olímpica, adicionando a sustentabilidade como o terceiro pilar do Olimpismo, junto com o esporte e a cultura (COI, 2012).

Seguindo a lógica da Agenda 21, publicada na Eco-92, o COI praticamente a imita, publicando a "Agenda 21 do movimento olímpico: Esporte para o Desenvolvimento Sustentável", já em 1999 (BOYKOFF; MASCARENHAS, 2016). A Agenda possui uma linguagem muito geral e vaga, sem destacar atitudes mais drásticas a serem tomadas pelo movimento olímpico e pelas entidades a ele relacionadas, utilizando termos mais recomendatórios que mandatórios, como encorajar, servir de guia e sugerir, e tendo sido publicada com o apoio da Shell Internacional, uma multinacional petrolífera anglo-holandesa (AGENDA 21, 1999), o que já demonstra o seu caráter contraditório e superficial. A Agenda adota três grandes princípios básicos do que o movimento olímpico entende enquanto ações sustentáveis: melhorar as condições socioeconômicas, conservar e gerir os recursos naturais e fortalecer as minorais (AGENDA, 1999).

Na continuidade, em 2000, o COI consegue finalmente se orgulhar em sair de uma agenda supostamente sustentável para a prática, também supostamente sustentável, por meio do Jogos Olímpicos de Sidney, colocando diretrizes para os países e as cidades sede (MÜLLER, 2015b). Isso fez com que todos os próximos megaeventos olímpicos seguissem tal guia de sustentabilidade.

O último grande marco que podemos notar perante o discurso sustentável do Movimento olímpico é a "Agenda Olímpica 2020: 20+20 recomendações", aprovada de forma unânime em 2014, todavia, reforçando a ideia de recomendar, não de formar políticas concretas (BOYKOFF; MASCARENHAS, 2016). Destacamos as propostas de moldar o processo candidatura como um convite, reduzir os custos da candidatura, incluir a sustentabilidade em todos os aspectos das Olimpíadas, reduzir os custos e reforçar a flexibilidade do gerenciamento dos Jogos e aumentar a transparência (COI, 2014). Contudo, devemos entender tal publicação como uma resposta imediata, mais publicitária que concreta, do que tinha acabado de acontecer nos jogos de Sochi em 2014 (MASCARENHAS; OLIVEIRA, 2018, BOYKOFF; MASCARENHAS, 2016), que trataremos mais e melhor na próxima seção.

Apesar dessa bela história de engajamento do movimento olímpico nas questões sustentáveis, vale entender que essas ações são mais retóricas do que práticas. O COI tem mais seguido o discurso da sustentabilidade hegemônico que foi sendo adotado com o tempo do que sendo um líder em fortalecer as práticas sustentáveis, sempre buscando responder as iniciativas dos comitês locais (MÜLLER, 2015b). Observar esse histórico é essencial para demonstrarmos aquilo que tratamos em relação ao discurso, de acordo com Bourdieu (1989), tendo em vista que a construção da sustentabilidade nos megaeventos foi sendo construída com o tempo e serve aos interesses de uma determinada classe ao movimento olímpico mantendo

uma boa reputação internacionalmente. A adoção desse discurso no COI culminou em problemas teóricos, pois não há um entendimento unificado de quais seriam as ações sustentáveis, possibilitando divergências, contradições e incompreensões, no que tratamos previamente como esse grande "guarda-chuva" que pouco ou nada diz[4]; e problemas práticos, tendo em conta que ele não exerce um controle rígido das políticas que estão sendo adotadas e sequer traz opções políticas reais. Desse modo, o movimento olímpico demonstra que a sustentabilidade é apenas um discurso, uma imposição que não leva a uma prática real, e que serve a ele ao consolidá-lo como um agente preocupado com a questão ambiental. Além de trazer a sua falta de requisito e fazer com que as cidades sede busquem a experiência de anfitriões anteriores para conceber e implementar atitudes sustentáveis (MÜLLER, 2015b). Isso faz com que a prática sustentável seja um "copie e cole" de outros locais e não tenha a profundidade suficiente em resolver as questões relativas à preservação da natureza. No nosso caso, notaremos que a produção do espaço para a preparação das Olimpíadas utiliza do discurso sustentável, mas não se constitui como uma prática sustentável.

Práticas sustentáveis? Pequim, Sochi e Rio de Janeiro

Para dar base ao argumento que estamos defendendo, partiremos dos casos das cidades de Pequim, Sochi e Rio de Janeiro, sedes respectivamente nos anos de 2008, 2014 e 2016 das Olimpíadas de Verão, no caso das cidades chinesa e brasileira, e de Inverno, na cidade russa. Destacamos as motivações para escolher tais casos devido ao fato de que os três países fazem parte do acrônimo BRICS[5], e à observação de que estes países acabam se tornando sedes de megaeventos esportivos conjuntamente em um curto período, diferença de apenas oito anos entre o primeiro e o último e quase estando em sequência um do outro. Outro ponto a se ter em conta reside em todas essas sedes terem sido consagradas pós-2000, ou seja, após a consolidação do discurso do desenvolvimento sustentável no movimento olímpico. Ademais, destaca-se que estes países, principalmente à época de suas candidaturas, combinavam três elementos essenciais: "disponibilidade de recursos; ambição de fortalecer a imagem de potência emergente perante o mundo; e relativa debilidade das instituições que protegem o meio ambiente e os direitos humanos." (BRAATHEN; SORBOE; MASCARENHAS, 2014, p. 326). Debilidade que será importante para que o discurso sustentável se torne uma prática insustentável.

Há de se frisar que no contexto em que tudo isso ocorre, os megaeventos esportivos ganham significativa importância. Desde o final do século XX, as cidades e os países que se candidatam a ser sedes de megaeventos esportivos, como as Olimpíadas, têm a esperança de galgar melhores posições na nova hierarquia global marcada pela coerção da competição interurbana e pelo empreendedorismo urbano,

4 Ponto interessante de ser demarcado, tomando em conta que até mesmo dificulta dizer o que seria sustentabilidade.

5 Acrônimo criado pelo economista Jim O'Neill do Goldman Sachs em 2001 para designar as economias emergentes, respectivamente, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

no qual as cidades acabam vendo como oportunidade única ter o seu nome divulgado no mercado internacional ao sediarem megaeventos e onde as cidades tornam-se mercadorias a serem vendidas internacionalmente (HARVEY, 2006). Logo, a produção dos megaeventos esportivos se torna central, também, neste contexto. Evidenciaremos a seguir como que cada uma das cidades levou à cabo o discurso da sustentabilidade e as atitudes tomadas que, como argumentamos, foram contraditórias. Isso, a partir da coleção de dados de referências bibliográficas, imagens de satélite, reportagens de outros meios de comunicação e documentários.

Pequim, entre o céu e a terra

Pequim foi agraciada em ser sede das Olimpíadas de Verão em 2001, logo, sendo a primeira cidade a ganhar o status de sede olímpica pós-Sidney, cidade que marcou o movimento olímpico por ter sido a primeira Olimpíada "Verde", o que também que serviu de exemplo para a candidatura chinesa (MOL; ZHANG, 2012). Essa consagração tinha o intuito, dentre outros, de demonstrar o grande poder econômico chinês e a sua liderança mundial, carregando a imagem de progresso e eficiência (WANG; BAO, 2018), em que a boa qualidade ambiental se torna essencial para essa construção (MOL; ZHANG, 2012).

Desse modo, os jogos de Pequim ocorreram em 2008 e desde a sua preparação o meio ambiente já era alvo de preocupação da mídia, do COI e das autoridades, o que fez com que os representantes da capital chinesa priorizassem a proteção ambiental no planejamento, no design e na produção dos projetos, implementando uma série de padrões ecológicos e mobilizando moradores a embelezar a cidade (ZHANG; ZHAO, 2009). Os temas de destaque dos jogos também trazem a importância do discurso sustentável naquele momento, pois juntamente com os temas de ser uma Olimpíada High Tech e do Povo, buscava ser uma Olimpíada Verde (MOL; ZHANG, 2012), salientando a magnitude da questão do desenvolvimento sustentável ali.

Há de se lembrar que Pequim carregava, e ainda carrega, o estigma de ser uma cidade em que as indústrias são extremamente poluidoras, tendo um dos piores índices de qualidade do ar no mundo. Reconhecendo isso, o Comitê Local aproveitou da situação e tornou do problema uma vantagem, pois poderia inspirar, facilitar e disseminar o avanço das melhorias das condições ambientais na cidade pelo mundo (MOL; ZHANG, 2012). Aqui, nota-se como o discurso da sustentabilidade chega em território chinês, uma imposição vinda do COI e do Ocidente sobre o que a China deveria fazer perante a questão da poluição. Não que a questão da qualidade do ar e das indústria poluidoras não seja preocupante, o nosso ponto é demonstrar os interesses que vão muito além da preocupação ambiental.

Ao longo da produção da olimpíada chinesa, reconhecemos que houve sim melhoras ambientais na região, exemplo disso é a proibição da circulação de carros em determinadas áreas, retirando mais de 3 mil carros da rua (LI, 2008), a conversão das antigas usinas termoelétricas de carvão para gás natural, a conversão de automóveis que funcionam a base do diesel/petróleo para o gás natural, a

construção de cinco linhas de metrô para melhorar a mobilidade urbana e diminuir a poluição atmosférica, a expansão do cinturão verde, o reflorestamento de montanhas e campos ao redor da cidade, a adoção de Estudos de Impacto Ambiental em todos os projetos e a realocação de indústrias poluidoras, adequando a infraestrutura da cidade aos padrões internacionais (MOL; ZHANG, 2012; ZHANG; ZAO, 2009). Ademais, todas essas medidas foram essenciais para melhorar a qualidade do ar na cidade, fazendo com que os níveis de dióxido de carbono, dióxido de nitrogênio e dióxido de enxofre baixassem drasticamente durante o período das Olimpíadas (WITTE *et al*, 2009).

Apesar dessas conquistas ambientais, é essencial entendermos outros aspectos que permearam as Olimpíadas de Pequim. Destacaremos a seguir a perseguição sofrida pelos migrantes rurais durante a produção do megaevento.

Precisamos entender que a questão dos migrantes rurais é muito delicada, pois eles têm a sua cidadania cerceada devido a sua origem (*hukou*), o que faz com que eles tenham acesso limitado aos serviços sociais urbanos, por exemplo. Além disso, destacamos o fato de que eles foram enviados de volta para as suas cidades natais no período antes e durante os jogos, ação que tinha como desculpa as políticas de segurança e ambientais na qual fábricas, manufaturas e locais de construção (onde a maioria dessa população é empregada) foram fechados para garantir a qualidade do ar (SHIN, 2012). Demonstrando o caráter contraditório, visto que os mesmos migrantes que serviram como mão-de-obra para a construção de toda a infraestrutura das Olimpíadas (ZHANG; ZHAO, 2009) não poderiam estar presente no decorrer da sua realização.

Notamos que nessa época os migrantes foram perseguidos e sofreram variadas formas de assédio ao passarem por controles de identificação em massa, ao terem seus instrumentos de trabalho confiscados e ao serem multados, expulsos, enviados para centros de reeducação e presos se não tivessem o visto de permissão para viver na cidade (BROUDEHOUX, 2017), o que aumentou o processo de estigmatização destes (SHIN; LI, 2013). Salta aos olhos o fato de que a violência contra eles foi tão extrema que levou vários a cometer suicídio ao pular dos prédios em construção na tentativa de chamar atenção a esse estado de apuros em que viviam (BROUDEHOUX, 2017).

Além disso, estima-se que cerca de 1.5 milhão de pessoas (14% da população permanente de Pequim) foi deslocada como resultado dos jogos, sendo que esse número provavelmente não inclui os migrantes rurais (SHIN; LI, 2013; COHRE, 2007), o que demonstra o tamanho do impacto de tais eventos na vida cotidiana dos chineses. É interessante notar que nessa situação o discurso sobre a sustentabilidade acaba por catalisar processos de exclusão, tomando em conta que para manter os níveis adequados de qualidade do ar, foi-se necessário fechar fábricas, que garantiam a reprodução social de uma grande parcela da população que acabou sendo expulsa da cidade para a realização do megaevento. Desse modo, o discurso ambientalmente preocupado com a qualidade do ar da cidade acabou por promover práticas segregacionistas. Fato que contradiz até mesmo os princípios do COI.

Portanto, há de se compreender que a capital chinesa se tornou ainda mais inóspita para as classes baixas, devido a perseguição aos habitantes que tinha procedência do rural. Ademais, os níveis de qualidade voltaram a piorar logo após o término das Olimpíadas (WITTE *et al*, 2009), o que nos faz pensar que todo o processo não passou de uma maquiagem para agradar os holofotes internacionais durante o megaevento. Assim, apesar das conquistas no campo ambiental, fica complexo dizer em jogos sustentáveis, pois não se pode pensar em sustentabilidade em conjunto com segregação e exclusão. Ademais, quando observamos que o argumento ambiental é utilizado para resolver questões sociais complexas, invisibilizando populações e promovendo a segregação.

Recordamos que Pequim não sairá dos holofotes tão cedo. Em 2022, a capital chinesa será sede das Olimpíadas de Inverno, se tornando a primeira cidade a sediar os jogos de ambas as estações. Os discursos para os Jogos de 2022 seguem a mesma linha dos de 2008, melhorar as condições ambientais e ter jogos verde, diminuindo a poluição das águas e do ar, tentando solucionar o problema do *smog* que persiste, novamente, fechando fábricas e tendo restrições no tráfico rodoviário (GU, 2017). O que nos faz imaginar quais as semelhanças e as diferenças entre as práticas do passado e do presente e quem serão os mais afetados.

Sochi, entre a montanha e a costa

A cidade russa de Sochi, localizada na costa do Mar Negro próxima à fronteira de uma das regiões mais instáveis do mundo, a região do Cáucaso, foi premiada como sede das Olimpíadas de Inverno de 2014, em julho de 2007, sob um discurso que exaltava a sustentabilidade, vista como chave para o desenvolvimento do legado olímpico russo (MÜLLER, 2015b).

Contudo, como viemos debatendo, a questão da sustentabilidade na sede russa não passou de um discurso, onde práticas complexas foram adotadas. Destacaremos as duas regiões onde foram construídas as instalações para os Jogos, primeiro, a região montanhosa de Krasnaya Polyana, e segundo, a região da costa da Baía de Imeretinskaya. Cada um dos *clusters*, longe um do outro por 48 km e conectados por uma nova ferrovia e rodovia, foi construído para abrigar determinadas modalidades, na montanha as instalações e os *resorts* para as práticas esqui e de trenó e na costa, no distrito de Adler, o Parque Olímpico, com outros seis estádios, a Vila Olímpica, o Centro Principal de Imprensa e o Centro de Transmissão (GOLUBCHIKOV; SLEPUKHINA, 2014; AZZALI, 2017).

De início, pode ser dito que houve cooperação entre diversos órgãos ambientalistas e o Comitê Local, o próprio PNUMA participou da construção de planos para o desenvolvimento sustentável na região e ONG's internacionalmente reconhecidas pela luta pela preservação do meio ambiente como o WWF e o Greenpeace também aconselharam o comitê sobre como atingir padrões de sustentabilidade. Todavia, em 2010, essas parcerias se rompem, justamente, pela ausência de práticas ambientalmente corretas por parte da organização local, sendo realizado um boicote por parte dessas organizações para não legitimar o que estava

sendo feito (MÜLLER, 2015b). Além das detenções e das prisões de ativistas ambientalistas e o banimento de ONG's na região (PETERSSON; VAMLING, 2016).

A mudança da cooperação até a perseguição é motivada pela situação do *cluster* da região da montanhosa de Krasnaya Polyana, que abriga o Parque Nacional de Sochi, estabelecido em 1983 como um dos primeiros parques nacionais da Federação Russa, e a Reserva da Bioesfera do Caucaso, Patrimônio Mundial da UNESCO, concebido em 1999 devido a diversidade de plantas, além de ser a única montanha da Europa que não havia sofrido tantos impactos e ser quase intocada (PETERSSON; VAMLING, 2016). Para a construção das instalações ali, o governo nacional alterou as fronteiras de ambas as reservas, diminuindo o seu tamanho e permitindo que a construção seguisse, ademais, não realizou Estudos de Impacto Ambiental e nem seguiu outros procedimentos mandatórios da lei russa na maioria das instalações construídas na região (ALEKSEYEVA, 2016; ZIMBALIST, 2016). Neste momento, já podemos perceber o que tratamos previamente perante a mudança do meio ambiente enquanto valor de uso coletivo para se tornar valor de troca privado, pois temos a conversão de áreas de reserva ambiental para instalações de esqui e de *resorts*, além da adoção de medidas excepcionais para a produção do megaevento e da não-adoção de termos que estavam presentes no discurso do COI sobre sustentabilidade, no que tane a não-realização de Estudos de Impacto Ambiental.

Nessa região também temos a bacia do Rio Mzymta, onde, durante o período de construção, foram extraídas grandes quantidades de cascalho e de areia, levando a alterações no relevo do leito do rio e nos níveis de água, provocando inundações e deslizamentos que atingiram aldeias, como Akhshtyr, que acabaram ficando sem água no decorrer do processo, que, vale dizer, também ocorreu em outros rios da região (PETERSSON; VAMLING, 2016). Destacamos que para a construção da ferrovia e da hidrovia que ligam os dois *clusters* olímpicos grande parte da mata de galeria e da mata ciliar da bacia acabou sendo desmatada e destruída e insetos que não eram típicos da região foram introduzidos, gerando desequilíbrios ambientais e destruição de florestas relíquias para a região do Cáucaso, como as florestas de buxo (PETERSSON; VAMLING, 2016).

Outro exemplo da ausência de práticas sustentáveis está no conflito relativo aos circassianos, povo étnico que habitava a região do Norte do Cáucaso e que sofreu um processo de etnocídio ao final da Guerra do Cáucaso, que terminou em 1864. A polêmica reside no fato de que o local onde tropas russas haviam comemorado a vitória sobre a minoria étnica ser, justamente, a montanha de Krasnaya Polyana, onde se realizaram os Jogos, sítio em que ainda há valas de circassianos mortos no conflito, que pode ter levado a mais de 600 mil mortos e a longa diáspora desse povo, além da Olimpíada ser na data dos 150 anos do etnocídio (PERSSON; PETERSSON, 2014). Portanto, é um tanto quanto contraditório se utilizar do discurso sustentável nessa ocasião, pois o multiculturalismo e a diversidade acabam se tornando algo comercial e conservador por não conter nenhum conteúdo emancipatório, onde o outro é visto de modo orientalista, sendo somente

cultural e não político (CASULA, 2016), no qual os diferentes tipos de saberes acabam sendo ignorados.

Na região da costa, também nos deparamos com uma situação complexa. A região da Baía de Imeretinskaya é uma região de pântanos com flora e fauna única, além de ser um ponto importante para pássaros em migração (PETERSSON; VAMLING, 2016). Por ser uma região mais baixa, ela sofre com a questão do alagamento. Exemplo disso ocorre em 2010, quando as construções já haviam começado, houve uma tempestade que inundou completamente o Parque Olímpico, sendo que tal situação poderia ocorrer novamente (AZZALI, 2017). Não podemos esquecer que essa região já era habitada e vivenciada principalmente por pequenos agricultores, o que gerou a expropriação de cerca de 1800 terrenos, 262 casas e mais de 3000 famílias deslocadas (GOLUBCHIKOV; SLEPUKHINA, 2014). Expropriação complexa, pois muitos residentes reivindicavam as suas terras e não receberam a compensação financeira adequada, além de terem sido deslocados para regiões remotas da cidade, onde a agricultura não seria possível (GOLUBCHIKOV; SLEPUKHINA, 2014).

No documentário "*Constructing Sochi*", de Steffi Wurster (2014), podemos ver uma ilustração do conflito entre alguns moradores e o governo. O que mais salta aos olhos está na reconversão dos terrenos extremamente férteis do pântano, que serviam de meio de reprodução social para os habitantes ali, em instalações olímpicas. Em certo momento do documentário vemos a situação de um morador que contrata um trator e um caminhão para retirar a terra dali e levá-la para a sua nova moradia para que continue plantando certos alimentos (CONSTRUCTING, 2014). A partir disso podemos entender como que há uma destruição do meio ambiente local em prol de um desenvolvimento que pouco atinge os habitantes locais, transformando um sítio de fertilidade única em instalação olímpica e área hoteleira, o que nos deixa pensando sobre as mudanças entre os valores de uso que a terra tinha para os seus habitantes e o valor de troca que agora ela tem no mercado internacional de cidades. Para ficar mais claro o que aconteceu na Baía, apresentaremos duas imagens de satélite da região. Na Figura 1, de 11 de abril de 2005, antes de Sochi ter sido eleita sede olímpica, podemos ver a área com uma grande quantidade áreas agriculturáveis e pequenas propriedades e na Figura 2, de 18 de abril de 2020, pós jogos, vemos o Parque Olímpico e outras construções de maior porte, majoritariamente hotéis. Desse modo, podemos observamos as mudanças relativas aos usos da terra e aos outros valores que foram adicionados ali

Figura 1. Região da Baía de Imeretinskaya em Sochi – 11 de Abril de 2005



Fonte: Google Earth Pro

Figura 2. Região da Baía de Imeretinskaya em Sochi – 18 de Abril de 2020



Fonte: Google Earth Pro

Lembramos que a construção da "Agenda Olímpica 2020: 20+20 recomendações" se deu logo após os Jogos de Sochi. As motivações perpassam tudo isso que trouxemos anteriormente, o que demonstra o total desrespeito à questão ambiental, e o fato de que estes foram os jogos mais caros da história, com a cifra de 51 bilhões de dólares (MÜLLER, 2015b), ou seja, insustentável tanto ambientalmente quando financeiramente. Por tais questões, o movimento olímpico se viu pressionado a realizar alterações para que outras cidades continuassem se candidatando, devido a diminuição na quantidade de cidades candidatas nas últimas edições (MASCARENHAS; OLIVEIRA, 2018).

Rio de Janeiro, entre Marapendi e os 18 buracos

O Rio de Janeiro foi premiado como sede para as Olimpíadas de Verão de 2016 ainda em 2009. Momento que marcava a ascensão do Brasil enquanto potência regional e a capital carioca como o epicentro dessa bonança, o que levou aos três níveis de governo a se alinharem em prol daquela que seria a primeira Olimpíada em terras sul-americanas (OLIVEIRA, 2012, p. 207). Assim, a cidade maravilhosa vinha demarcar seu lugar no mercado internacional de cidades como uma das mais importantes no contexto regional.

A capital carioca tem uma relação muito especial com o desenvolvimento sustentável, pois ela foi a sede de uma das, se não a, mais importante Conferência sobre o Meio Ambiente, a Eco-92, também sendo o local onde se originou a Agenda 21. Essa suposta vocação e importância que o Rio tem à frente da questão ambiental ficou claramente exposto no Dossiê de Candidatura da cidade, de modo que, se desenvolveu um grande plano para lidar com tal disposição carioca. A grande ideia que carregaria esse encargo seria a adoção do Plano de Gestão e Sustentabilidade (PGS), que tinha três grandes focos: as pessoas (perante a necessidade de ganhos sociais para a população local), a prosperidade (perante a transparência e a boa gestão dos jogos) e o planeta (perante o compromisso ambiental numa visão global de sustentabilidade), tudo isso diante da visão "Jogos Verdes para um Planeta Azul" (DOSSIÊ, 2009). Dentre os aspectos que mais saltam aos olhos ao ler o Dossiê destacamos três trechos que comentaremos ao largo da exposição:

> Utilização total das instalações existentes e planejamento detalhado da construção de novas instalações de acordo com especificações de sustentabilidade irão garantir um impacto mínimo da infraestrutura dos Jogos Rio 2016 no meio ambiente. Um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) é exigido pela legislação existente para a execução de qualquer projeto que possa ter impacto sobre o meio ambiente. Para as instalações existentes nenhuma avaliação de impacto no meio ambiente é exigida, entretanto serão conduzidos estudos retroativos apresentando novos parâmetros de construção sustentável (DOSSIÊ, 2009, p. 100).

> Dada a importância da participação ativa da sociedade civil, do setor privado, das associações comerciais, e também do meio acadêmico na realização dos objetivos do PGS e na garantia de entrega do legado, a negociação das parcerias já está sendo feita com ONGs conhecidas, empresas privadas e universidades nacionais e internacionais (DOSSIÊ, 2009, p. 94).

> O Comitê Organizador Rio 2016 criará produtos dentro do programa de licenciamento, com uma parte das receitas sendo revertida para o Fundo de Conservação da Mata Atlântica (DOSSIÊ, 2009, p. 106).

A partir do Dossiê, o Rio de Janeiro trazia o que pretendia realizar perante a questão do meio ambiente. Contudo, como viemos defendendo, a prática será muito distinta. Um dos casos que mais nos chama a atenção é o da construção do novo Campo de Golfe da Barra da Tijuca, que tinha como principais justificativas o fato de que estaria mais próximo à Vila Olímpica, teria as dimensões compatíveis com a modalidades e haveria a possibilidade da utilização de PPP's (Parceria Público-Privada) (LUZ; LEITE, 2015).

A polêmica reside no fato de já existirem dois campos de golfe profissional na cidade, o da Gávea e o de Itanhangá, que facilmente poderiam ser utilizados durante as Olimpíadas e carregariam a ideia de reutilização de instalações pré-existentes. Todavia, em uma história controversa, os campos de golfe diziam que sequer haviam sido procurados, o prefeito Eduardo Paes dizia que não era sua vontade e o presidente do COI afirmava que o prefeito pressionou pela construção do novo campo. No final, quem ganhou a disputa foram as construtoras e o prefeito ao construírem o novo campo (LUZ; LEITE, 2015). Aqui fica claro o descumprimento do primeiro trecho que trouxemos do Dossiê, pois apesar da existência de instalações que poderiam receber os jogos, preferiu-se construir uma nova, demonstrando as diferenças entre o que se diz e o que se faz.

Porém, a querela vai além. O novo campo se localizaria dentro do limite da Área de Preservação Ambiental (APA) do Parque Natural Municipal da Reserva de Marapendi, estabelecida em 1959, um dos últimos redutos de Mata Atlântica na região e casa para diversas espécies em extinção (BOYKOFF; MASCARENHAS, 2016). Para isso, foi necessária uma mudança legal para que o proprietário do lote vizinho pudesse incorporar parte da APA e realizar tal obra. Assim, duas grandes medidas foram tomadas: o prefeito facilitou um projeto imobiliário que possibilitaria ao desenvolvedor a construção de 140 apartamentos de luxo caso contribuísse com os custos de construção do campo (BOYKOFF; MASCARENHAS, 2016) e a aprovação no apagar das luzes da Lei Complementar Municipal (LCM) n. 125/2013 que viabilizava o projeto (LUZ; LEITE, 2015). É interessante notar que o projeto imobiliário acima faz parte do empreendimento de luxo, de um dos empresários que comandam a região, Pasquale Mauro, chamado "Riserva Golf Vista Mare Residenziale", onde a reserva que se tornou campo de golfe faria parte do condomínio, ou seja, podemos ver claramente a mudança de algo que tem valor de uso coletivo para algo de valor de troca privado, no qual somente aqueles que fazem parte do luxuoso condomínio podem utilizar. Lembramos, também, do terceiro trecho do Dossiê, que fica, no mínimo, contraditório, pois está se desmatando zona de Mata Atlântica para criar receitas para conservar a Mata Atlântica.

Ressaltamos que há evidências de inconstitucionalidade na LCM, onde o Ministério Público do Rio Janeiro

> propôs Ação Civil Pública [ACP], processo n. 0273069-88.2014.8.19.0001, em face do Município do Rio de Janeiro e da sociedade Fiori Empreendimentos Imobiliários Ltda., responsável pela construção do campo, fluente pela 7ª Vara de Fazenda Pública

> da Comarca do Rio de Janeiro. O argumento central da ACP firma-se no fato de que "o rebaixamento da proteção não foi antecedido dos devidos estudos técnicos", situando-se como agravantes a ausência do estudo e do relatório de impacto ambiental – EIA/RIMA, previstos no § 2º, do art. 6º, da Lei Federal n. 7.661/1988. Agrega-se, ainda, aos argumentos do Parquet o princípio de não regressão, inserido como princípio geral nas normas de Direito Ambiental, pois confronta em sua essência o próprio conceito de dignidade da pessoa humana, fundamento da República, a teor do inciso III, do art. 1º, da Constituição de 1988. Isso porque a vedação ao retrocesso ambiental encontra sua carga axiológica implícita nos próprios direitos humanos (LUZ; LEITE, 2015, p. 100)

Apesar de tais demandas judiciais através do Ministério Público, a construção deu seguimento por meio da concessão dada pela prefeitura da Licença Municipal de Instalação (LMI), o que possibilitou que a obra não realizasse inventários de fauna e flora, estudos de manejo, mapeamento da área, ou seja, sem os devidos procedimentos ambientais legais, salientando a ausência de audiências públicas e de consultas aos órgãos de proteção ambiental (LUZ; LEITE, 2015). Ademais, pouco se importando com aquilo que COI, supostamente, preconizava. Não podemos esquecer das resistências ao projeto que foram duramente reprimidas pelo governo, em que podemos destacar os coletivos do "Ocupa Golfe" e do "Golfe para quem?", que trouxeram diversos ativistas ambientalistas para barrar a construção que acabou acontecendo (BOYKOFF; MASCARENHAS, 2016). Esse caráter excepcional e antidemocrático não estava presente somente na questão do Campo de Golfe da Barra da Tijuca. A construção do Parque Olímpico também sofreu com isso. Ali não houve a realização de audiências públicas, não houve Estudo de Impacto Ambiental e houve uma série de ilegalidades no processo de licitação e implementação da PPP (MEDEIROS, 2016).

Destacamos, então, o primeiro e o segundo trecho que trouxemos do Dossiê, devido ao fato que perante a produção do megaevento esportivo no Rio de Janeiro os EIA's não foram executados, demonstrando um desrespeito com o meio ambiente e com a legislação ambiental, ademais, a baixa ou nula participação popular, que ao invés de ser ouvida acabou sendo reprimida. Para visualizar melhor a questão traremos imagens de satélite. Na Figura 3, de 02 de janeiro de 2010, vemos a área da Reserva de Marapendi. Já na Figura 4, de 28 de abril de 2020 vemos a transformação da área em campo de golfe, além da construção do condomínio Riserva Golf.

Figura 3. Área destina a construção do campo de golfe na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, em 02 de Janeiro de 2010



Fonte: Google Earth Pro

Figura 4. Campo de Golfe Olímpico e condomínio Riserva Golf na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, 28 de Abril de 2020



Fonte: Google Earth Pro

Além da complexidade da situação que trouxemos acima, o Rio de Janeiro não conseguiu cumprir a sua maior promessa, que era despoluir a Baia de Guanabara (MASCARENHAS; OLVEIRA, 2018). Logo, podemos dizer que a cidade que seria a base

para o surgimento da ideia de desenvolvimento sustentável acabou por dividir a expressão, se atendo à primeira parte e desrespeitando a segunda.

Considerações finais

Desse modo, concluímos que os discursos relativos ao meio ambiente na produção dos megaeventos esportivos, como as Olimpíadas, na realidade são tentativas de imposição de um determinado modo de agir que não se concretiza e é o oposto ao que podemos pensar enquanto práticas sustentáveis. As três cidades-sedes que analisamos demonstram que durante o seu processo de candidatura e até no início da produção dos jogos mantinham um discurso sustentável mais coerente, contudo, com o desenrolar do processo demonstram as suas reais caras ao utilizarem práticas excludentes, desrespeitosas e insustentáveis, aumentando as diversas desigualdades pré-existentes.

Destacamos que as sedes russa e brasileira utilizaram-se de exceções legais para desrespeitar as legislações ambientais vigentes, diminuindo áreas de reserva ambiental e descumprindo o padrão básico de regras ambientais ao construir as suas instalações. Também nos chama a atenção como que nestas duas tivemos uma reconversão ecológica de áreas que possuíam valores de uso coletivo e popular, como reservas e áreas agricultu ráveis, em valores de uso privado, transformando-as em *resorts*, hotéis e condomínios de luxo. Ademais, o desrespeito da sede russa ao realizar-se em território étnico importante os jogos.

Já na sede chinesa, observamos ações mais delicadas no que tange aos migrantes rurais, situação que levou à sua exclusão dos jogos. Além de certa maquiagem em relação aos níveis de qualidade do ar, que, apesar da melhora durante o megaevento, pioraram logo em seguida, o que demonstra como o discurso ambiental só se realiza em mudança real enquanto o foco global está na cidade sede e depois pouco importando. Assim, enquanto discurso, o movimento olímpico parece ser um dos mais preocupados perante o meio ambiente, mas vemos que na sua prática ele está mais preocupado com a adequação ao discurso imposto globalmente, os possíveis lucros e a garantia de bom escrutínio internacional, onde o simbolismo é grande e a substância é pequena.

Bibliografia

AGENDA 21 Sport for sustainable development. *International Olympic Committee.* 1999. Disponível em https://stillmed.olympic.org/Documents/Reports/EN/en_report_300.pdf Acesso em 08/09/2020

ALEKSEYEVA, Anna. Sochi 2014 and the rhetoric of a new Russia: Image construction through mega-events. *East European Politics*, v. 30, n. 2, p. 158-174, 2014.

AZEVEDO, Lena; FAULHABER, Lucas. *SMH 2016: remoções no Rio de Janeiro Olímpico.* Fotógrafo Luiz Baltar. Rio de Janeiro: 1ª Ed. Mórula, 2015.

AZZALI, Simona. The legacies of Sochi 2014 Winter Olympics: an evaluation of the Adler Olympic Park. *Urban Research & Practice*, v. 10, n. 3, p. 329-349, 2017.

BARRETO, Matheus. *A reprodução dos megaeventos esportivos nos BRCS: espetáculo e exceção.* 2022. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFMG, Belo Horizonte, 2022.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOYKOFF, Jules; MASCARENHAS, Gilmar. The Olympics, sustainability, and greenwashing: The Rio 2016 summer games. *Capitalism nature socialism*, v. 27, n. 2, p. 1-11, 2016.

BRAATHEN, Einar; SØRBØE, Celina Myrann; MASCARENHAS, Gilmar. BRICS, megaeventos esportivos e o Rio de Janeiro como" cidade de exceção". *Tensões Mundiais*, v. 10, n. 18, 19, p. 325-345, 2014.

BROUDEHOUX, Anne-Marie. *Mega-events and urban image construction: Beijing and Rio de Janeiro*. Taylor & Francis, 2017.

CASULA, Philipp. The 2014 Winter Olympics Bid Book as site of national identity constitution. *In:* MAKARYCHEV, A; YATSYK, A. (org.) *Mega Events in Post-Soviet Eurasia.* Palgrave Macmillan, New York, 2016. p. 39-57.

CMAD – Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso futuro comum,* Rio de Janeiro: Ed. Da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COHRE (Centre on Housing Rights and Eviction). *Fair Play for Housing Rights: MegaEvents.* 2007. Geneva: COHRE.

COI – Comitê Olímpico Internacional. *Olympic Agenda 2020: 20+20 recommendations*. 2014. Disponível em https://stillmed.olympic.org/Documents/Olympic_Agenda_2020/Olympic_Agenda_2020-20-20_Recommendations-ENG.pdf Acesso em 06/09/2020

COI – Comitê Olímpico Internacional. *Sustainability through sport.* 2012. Disponível em https://stillmed.olympic.org/Documents/Commissions_PDFfiles/SportAndEnvironment/Sustainability_Through_Sport.pdf Acesso em 07/09/2020

CONSTRUCTING Sochi. Direção: *Steffi Wurster*. [S. l.: s. n.], 2014. Disponível em: https://vimeo.com/163169503. Acesso em: 12 maio 2020.

COSTA, Heloísa. Desenvolvimento urbano sustentável: uma contradição em termos? *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, n. 2, p. 55-71, 1999.

COSTA, Heloísa. Mercado imobiliário, Estado e natureza na produção do espço metropolitano. *In:* COSTA, H. et al (orgs.) *Novas periferias metropolitanas: a expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidades no Eixo Sul.* Belo Horizonte: C/Arte, p. 101-124, 2006.

DOSSIÊ de candidatura do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos. *Rio2016*. Janeiro de 2009.

ESCOBAR, Arturo. Constructing Nature: Elements for a poststructural political ecology. *In:* PEET, R.; WATTS, M. (eds). *Liberation ecologies*: Environment, development, social movements. London; New York: Routledge, 1996, p. 46-68.

GOLUBCHIKOV, Oleg; SLEPUKHINA, Irina. Russia–Showcasing a 'Re-Emerging'State?. *In:* GRIX, J. (ed.) *Leveraging legacies from sports mega-events: Concepts and cases.* Palgrave Pivot, London, 2014. p. 166-177.

GU, Haoyan. *The Development of Winter Games in China: The Case of the Beijing 2022 Winter Olympics.* Masters of Education in Human Movement, Sport, and Leisure Studies Graduate Projects. v. 58. 2017.

HARVEY, David. Do Administrativismo ao Empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio. *In.:* HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço.* São Paulo: Annablume Editora, 2006 (2a edição) p. 163-190.

LUZ, Cícero Krupp da; LEITE, Robson Soares. O estado de exceção nos Jogos Olímpicos Rio-2016: a violação de direitos ambientais no caso do campo de golfe. *Revista Direitos Emergentes na Sociedade Global*, v. 4, n. 2, p. 88-112, 2015.

MARIOTTI, Júlia. Tóquio 2020: uma olimpíada pautada em sustentabilidade. *Consumidor moderno*. 09 de janeiro de 2020. Disponível em <https://www.consumidormoderno.com.br/2020/01/09/olimpiada-2020-sustentabilidade/>, Acesso em 07/09/2020

MASCARENHAS, Gilmar; OLIVEIRA, Leandro Dias de. CRISE OLÍMPICA, CRISE AMBIENTAL. *Mercator (Fortaleza),* v. 17, 2018.

MEDEIROS, Mariana. Parque Olímpico 2016: irregularidades no processo de concessão administrativa*. In:* Carlos Vainer ... [et al.]. (Org.). *Megaeventos e Cidades: perspectivas críticas*. Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 186, 2016.

MOL, Arthur PJ; ZHANG, Lei. Sustainability as global norm: The greening of mega-events in China. In: *Olympic Games, Mega-Events and Civil Societies*. Palgrave Macmillan, London, 2012. p. 126- 150.

MÜLLER, Martin. (Im-) Mobile policies: Why sustainability went wrong in the 2014 Olympics in Sochi. *European Urban and Regional Studies*, v. 22, n. 2, p. 191-209, 2015b.

MÜLLER, Martin. What makes an event a mega-event? Definitions and sizes. *Leisure studies*, v. 34, n. 6, p. 627-642, 2015a.

OLIVEIRA, Nelma. *O poder dos jogos e os jogos de poder: os interesses em campo na produção de uma cidade para o espetáculo esportivo.* 2012. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2012.

PEET, Richard; WATTS, Michael. Liberating ecology: development, sustainability, and environment in an age of market triumphalism. *In:* PEET, R.; WATTS, M. (eds). *Liberation ecologies*: environment, development, social movement. London; New York: Routledge, 1996, p. 1-45.

PERSSON, Emil; PETERSSON, Bo. Political mythmaking and the 2014 Winter Olympics in Sochi: Olympism and the Russian great power myth. *East European Politics*, v. 30, n. 2, p. 192-209, 2014.

PETERSSON, Bo; VAMLING, Karina. Vanished in the Haze: White Elephants, Environmental Degradation and Circassian Marginalization in Post-Olympics Sochi. *In:* MAKARYCHEV, A; YATSYK, A. (org.) *Mega Events in Post-Soviet Eurasia. Palgrave Macmillan*, New York, 2016. p. 59-76.

SHIN, Hyun Bang. Unequal cities of spectacle and mega-events in China. *City*, v. 16, n. 6, p. 728-744, 2012.

SHIN, Hyun Bang; LI, Bingqin. Whose games? The costs of being "Olympic citizens" in Beijing. *Environment and Urbanization,* v. 25, n. 2, p. 559-576, 2013.

WANG, Mei; BAO, Helen XH. Mega-event effects on the housing market: Evidence from the Beijing 2008 Olympic Games. *Cities*, v. 72, p. 207-216, 2018.

WITTE, J. C. *et al*. Satellite observations of changes in air quality during the 2008 Beijing Olympics and Paralympics. *Geophysical Research Letters,* v. 36, n. 17, 2009.

ZHANG, Li; ZHAO, Simon Xiaobin. City branding and the Olympic effect: A case study of Beijing. *Cities*, v. 26, n. 5, p. 245-254, 2009.

ZIMBALIST, Andrew. *Circus maximus: The economic gamble behind hosting the Olympics and the World Cup*. Brookings Institution Press, 2016.

Agradecimentos

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pelo financiamento por meio de bolsa de mestrado.

Sustainability in the Olympic Movement: between discourses and practices

The following article aims to shed light on how the issue of sustainability is addressed by the Olympic movement and how sustainability was used as a discourse and/or practice in certain Olympic host cities. Thus, the text will present the trajectory of sustainable development, the way in which it is incorporated in the Olympic discourse and how it is realized or not in the practices carried out in favor of the Olympics. It will work with the argument that in emerging countries sustainability is more and better constituted as a discourse, an instrument for imposing a certain logic, than as a real sustainable practice. In the text, we will use the cases of Beijing, China, host of the 2008 Summer Olympics, Sochi, Russia, host of the 2014 Winter Olympics, and Rio de Janeiro, Brazil, host of the 2016 Summer Olympics. The methodology that will be use goes from the collection of data and information from bibliographic references, media, satellite images to secondary sources such as documentaries.

KEYWORDS: olympic movement, sustainability, BRICS, mega-events, practices

Sostenibilidad em el movimiento olímpico: entre discursos y prácticas

El siguiente artículo tiene como objetivo pone luz en la manera cómo el movimiento olímpico aborda el tema de la sostenibilidad y cómo se utilizó de la sostenibilidad como discurso y/o práctica en ciertas ciudades anfitrionas de los Juegos Olímpicos. Así, el texto presentará la trayectoria del desarrollo sostenible, la forma en que se incorpora en el discurso olímpico y cómo se materializa o no en las prácticas realizadas en favor de las Olimpiadas. Se trabajará con el argumento de que en los países emergentes la sostenibilidad se constituye más y mejor como un discurso, un instrumento para imponer una determinada lógica, que como una práctica sostenible real. En el texto, utilizaremos los casos de Beijing, China, sede de los Juegos Olímpicos de Verano de 2008, Socchi, Rusia, sede de los Juegos Olímpicos de Invierno de 2014, y Río de Janeiro, Brasil, sede de los Juegos Olímpicos de Verano de 2016. La metodología utilizada parte de la recopilación de datos e información de referencias bibliográficas, medios de comunicación, imágenes de satélites y fuentes secundarias como documentales.

PALABRAS CLAVE: movimiento olímpico, sostenibilidad, BRICS, mevaeventos, prácticas

Artigo recebido em abril de 2022. Aprovado em dezembro de 2022.